

OS RECURSOS NATURAIS E SEUS USOS: O CASO DO PARQUE DA CIDADE, TERESINA, PIAUÍ, REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Francílio de Amorim DOS SANTOS^{1} & Maria Suzete Souza FEITOSA²*

¹Graduado em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI; Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI; Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Montenegro - FAM. *Quadra-L Casa-32 / Novo Horizonte. CEP: 64079-010. Teresina, PI. Fones: (86) 8833-9560 / 8109-6880 / 9937-3445 / 9405-7773. E-mail: francilio.iesb@gmail.com

²Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI; Especialista em Administração de Unidades de Conservação pela Universidade de Brasília - UnB; Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI; Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Professora do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. E-mail: sousasuzete@yahoo.com.br

ABSTRACT - NATURAL RESOURCES AND THEIR USES: THE CASE OF THE PARQUE DA CIDADE, TERESINA, PIAUÍ, NORTHEAST REGION OF BRAZIL. The environmental damages caused by the technological advance are noticeable. It is a fact that any extraction of nature resources produces damage, but is possible to minimize them. With the purpose of make a balance between exploration and conservation, were created laws which are aimed at the creation of protected areas, which are called in Brazil of Conservation of Nature and are also a step towards the conservation of global biodiversity. This paper has the objective of to make a diagnosis of the potential use of natural resources in the Parque da Cidade, in Teresina municipality, Piauí State, northeast Brazil. The specific objectives are: see the big pictures identify the physical and infrastructure, to know how it is used for the environment as in this present research, sustainable alternatives to the use of resources of that park. This is regarded by law 9.985/2000 as Integral project Protection Unit, with vast natural beauty and with an infrastructure built to serve visitors. To achieve the results, fifteen (15) visitors chosen at random, and three (3) employees in the Park were interviewed. The results showed that there is significant dissatisfaction of visitors with current infrastructure, due to problems of financial nature, which result in lack of maintenance of instruments; poor quality of children playground; insecurity due to lack of adequate lighting and insufficient staff. In the current pattern of sustainable development suggest for every nations, it becomes impractical to biodiversity conservation, due to insufficient investment and overlap in the economic environment.

Key Words: Parque da Cidade; natural resources; forms of use.

RESUMO - São perceptíveis os danos ambientais causados pela espécie humana, ao longo do seu processo de desenvolvimento técnico. É fato que toda retirada de recurso da natureza produz danos, porém, é possível minimizá-los. Almejando um equilíbrio entre exploração e conservação ambiental, elaboraram-se leis que visam à criação de áreas protegidas, as quais são chamadas, no Brasil, de Unidades de Conservação da Natureza e são também um avanço rumo à conservação da biodiversidade mundial. É nesse intuito que se objetivou realizar um diagnóstico das potencialidades e usos dos recursos naturais no Parque da Cidade, em Teresina-Piauí. Como objetivos específicos procuraram-se: identificar o estado físico e de infraestrutura, conhecer como é utilizado o ambiente e apresentar, a partir da pesquisa, alternativas sustentáveis para o uso dos recursos do citado Parque. Este é considerado, pela Lei nº 9.985/2000, como Unidade de Proteção Integral, de vasta beleza natural e com uma infraestrutura montada para atender aos visitantes. A metodologia usada para alcançar os objetivos deu-se por meio de entrevistas, a saber: 15 (quinze) visitantes, escolhidos de forma aleatória, e 3 (três) funcionários do Parque. Os resultados mostraram que há uma significativa insatisfação dos visitantes com a atual infraestrutura, devido aos problemas de natureza financeira, os quais resultam em falta de manutenção dos instrumentos, qualidade ruim dos brinquedos para lazer das crianças, insegurança, devido a falta de iluminação adequada e insuficiência de funcionários. Nos moldes atuais de desenvolvimento sustentável que as nações propõem, torna-se impraticável a conservação da biodiversidade, devido à insuficiência de investimentos e a sobreposição do econômico ao ambiental.

Palavras Chave: Parque da Cidade; potencialidades; formas de utilização.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a questão ambiental tem sido discutida de forma mais clara e objetiva e menos romântica. Ao passo que, os ecossistemas em suas complexas redes de interações têm sido intensamente submetidos a uma devastação nunca antes vista na história geológica e humana, que de acordo com Dourojeanni e Pádua (2007, p.47), “O rastro deixado pela humanidade sobre a Terra está por toda parte”.

Devido à devastação acima citada, fez-se necessária a criação de mecanismos de proteção a áreas degradadas ou em potencial. O Brasil destaca-se por ser o único país do mundo que utiliza o termo Unidades de Conservação para se referir a áreas protegidas (DOUROJEANNI e PÁDUA, 2007).

Frente a esses agravos ao meio ambiente e às discussões, mundiais e locais, tornou-se sumamente importante realizar o estudo das potencialidades e formas de utilização destas num ambiente protegido por lei, o Parque da Cidade, em Teresina-Piauí; o qual contém várias espécies vegetais, áreas para eventos culturais, educacionais e prática de esportes. O citado Parque é classificado, segundo a Lei nº 9.985/2000 – que define o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – como Unidade de Proteção Integral, na categoria de Parque (BRASIL, 2006a).

A problemática norteadora deste trabalho foi: Quais as potencialidades e as formas de utilização no Parque da Cidade? Logo, objetiva-se com esta pesquisa: realizar um diagnóstico das potencialidades e usos dos recursos naturais no Parque da Cidade, para identificar o estado físico e de infraestrutura; conhecer o modo como é utilizado o ambiente e apresentar, a partir da pesquisa, alternativas sustentáveis para a utilização dos recursos disponíveis.

Unidades de Conservação: histórico e características gerais

A história da humanidade no planeta se baseia na extração de matérias-primas, antes, apenas almejando saciar suas necessidades básicas, hoje, principalmente, as de cunho econômico. Logo, essa busca por matérias-primas prioriza a apropriação e transformação de espaços, que por meio do trabalho modela o espaço frente às suas necessidades de naturezas diversas, portanto, segundo Santos (2008, p.98), “A natureza socializa-se e o homem se naturaliza”.

A Terra é um articulado ecossistema, organizado de modo complexo, tendo no homem o seu maior promotor de modificações. Porém, essas não seguem o ritmo natural, mas do atual modelo capitalista, o que promove instabilidade no sistema Terra (CAMARGO, 2005).

De acordo com Orth e Debetir (2007), o meio ambiente deve ser pensado com um valor autônomo, passando da visão antropocêntrica à ecocêntrica, que coloca o homem como pertencente ao meio ambiente e dele dependendo para sobrevivência. Em articulação a essa nova visão, criaram-se as Unidades de Conservação (UCs), que são “[...] uma superfície de terra ou mar

consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associadas, e manejada por meio de meios jurídicos e outros eficazes” (União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), apud COSTA, 2002, p.12).

O contexto político mundial e brasileiro das Unidades de Conservação

A natureza tem passado por constantes transformações, resultado de diferentes, mas crescentes, magnitudes de fragmentação dos nichos ecológicos e conseqüente perda de biodiversidade (GUERRA e COELHO, 2009).

Por meio da Revolução Industrial a exploração à natureza intensificou-se, resultando em várias transformações à cidade, como por exemplo: a poluição de rios, atmosfera e solo, intensa aglomeração demográfica, entre outros. Acompanhando uma tendência de proteção ambiental, nos Estados Unidos foi criado o Yellowstone Nacional Park, em 1872; seguido pelo Canadá, em 1885; Nova Zelândia, em 1894; Austrália, África do Sul e México, em 1898; Argentina, em 1903; Chile, em 1926; Equador, em 1934; Brasil e Venezuela, em 1937 (GUERRA e COELHO, 2009).

Como não se havia definido precisamente qual (is) o (s) objetivo (s) dos Parques Nacionais (PARNAs) foi convocado, em Londres, a Convenção para a Preservação da Flora e da Fauna, em 1933, buscando definir as suas características, a saber: a) áreas controladas pelo poder público; b) área de preservação da flora e da fauna, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça é proibida; c) devem servir à visitação pública (DIEGUES, 2001). Para Dieckenson (apud ORTH e DEBETIR, 2007), as áreas protegidas ou UCs são a única criação do homem para o benefício da sociedade.

A Organização das Nações Unidas (ONU) tornou-se fórum mundial para as discussões internacionais acerca da conservação dos recursos naturais, promovendo convenções e tratados sobre as questões ambientais, desde 1962. Sendo o de maior importância realizado pela UICN a cada 10 anos (GUERRA e COELHO, 2009). Em 1960, a UICN estabeleceu a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas para promoção, monitoramento e orientação de manejo de tais áreas (DIEGUES, 2001).

Na 10ª Assembléia-Geral da UICN, em Nova Délhi - Índia, em 1969, o conceito de PARNA foi definido como sendo áreas de interesse científico, educacional e recreativo, onde um ou mais ecossistemas não estivessem alterados, cuja responsabilidade coubesse ao Estado, não sendo permitida a entrada de visitantes. Em 1962, em Bali - Indonésia, houve uma alteração no conceito de PARNA, ao passo que este foi interligado ao fator socioeconômico, portanto, devendo desempenhar papel no desenvolvimento nacional e conservação, de acordo com Diegues (2001).

O Manual para Manejo de Áreas Protegidas nos Trópicos (IUCN, 1986, apud DIEGUES, 2001) chama

atenção para a necessidade de pesquisas socioeconômicas sobre as populações tradicionais atingidas pela criação dos PARNA. Ao passo que, essas pesquisas darão maior conhecimento de causa às autoridades, possibilitando a estas elaborar estratégias para evitar a desorganização sócio-cultural desses povos. Segundo Guerra e Coelho (2009), a grande preocupação atual da ciência é encontrar meios para conservar o maior número de espécies *in situ*, onde as técnicas promovam continuamente o processo natural de evolução biológica.

No Brasil, somente a partir de 1930, a problemática ambiental teve influência internacional. Porém, só em 1921, foi criado um órgão para orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programas de trabalho para os PARNA, atribuída à Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal. O primeiro PARNA brasileiro foi criado em 1937, em Itatiaia, com fins de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas. A criação deste parque foi estabelecida pelo Art. 9º do Código Florestal, de 1934. Posteriormente à Itatiaia foram criados: os PARNA de Iguazu (PR) e o da Serra dos Órgãos (RJ), em 1939 (DIEGUES, 2001).

Em 1965, o novo Código Florestal, definiu como finalidade dos PARNA: resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos (DIEGUES, 2001). No contexto do regime militar, é interessante citar que no governo de Ernesto Geisel foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a qual definia a sistematização e as diretrizes políticas para gestão ambiental. O PNMA previa a implantação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), o qual prevê uma gestão ambiental que articule as três esferas do governo e a sociedade civil (GUERRA e COELHO, 2009).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 dá ênfase à questão ambiental, que em seu Art. 225, Capítulo VI, determina que “[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...] impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2006b, p.36).

Grande avanço no Brasil deu-se com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que procura contribuir para a manutenção da diversidade biológica, assim como proteger espécies ameaçadas de extinção, promover o desenvolvimento sustentável, proporcionar meios e incentivos para a atividade científica, estudos e monitoramento, respeitar o conhecimento e cultura das populações tradicionais (BRASIL, 2006a).

Sustentabilidade e conflitos em áreas protegidas mundiais e brasileiras

Para Gifford Pinchot (apud DIEGUES, 2001) deve haver o uso racional dos recursos naturais, tratando o manejo ambiental como a forma de tornar eficientes os

processos naturais. Para ele, a conservação baseava-se em três princípios: uso dos recursos naturais pela geração presente; prevenção de desperdício; uso dos recursos naturais para o benefício da maioria dos cidadãos. Estas idéias foram precursoras do “desenvolvimento sustentável”.

Quanto maior a densidade demográfica em áreas localizadas, maior a carga de impactos sobre o meio ambiente, pois haverá a necessidade por áreas para o desenvolvimento das atividades básicas, desde a moradia até atividades econômicas para sobrevivência, ou que gere lucros para a acumulação de capital.

As principais causas de conflitos em UCs, no Brasil, originam-se de questões ligadas às forças do capital produtivo e à expulsão das populações tradicionais. Os primeiros, provindos do setor agropecuário, que junto ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) atuam no combate a implantação e regularização das UCs. Os segundos causam tensões pelo fato de não lhes ser permitida a participação ativa no processo de demarcação e gestão das UCs. Outro gerador de conflitos diz respeito ao fato dos municípios deterem poder de definir o ordenamento territorial e por sofrerem inúmeras pressões dos interesses locais, resultando em decisões que ferem a Constituição Federal (GUERRA e COELHO, 2009).

Segundo Diegues (2001), na década de 1980, juntamente com a redemocratização brasileira, surgiu um movimento ambiental integrado às questões sociais. Estavam preocupados com a questão dos povos tradicionais dentro das UCs, portanto, defendendo a exploração dos recursos dessas áreas através de tecnologias alternativas.

Atualmente, no Brasil, há uma corrida por combustíveis verdes, resultando em inúmeros empreendimentos em torno das UCs, estes promovendo destruição do solo e florestas, além da fauna. É necessário que o licenciamento ambiental prime pela gestão ambiental, fazendo-se obedecer às exigências para adequação dos empreendimentos às UCs, criando-se diretrizes e normas para a utilização dos recursos naturais, por conseguinte, criação de modelos de preservação ambiental dos mais variados elementos naturais (ORTH e DEBETIR, 2007).

MATERIAL E MÉTODOS

Metodologia

Para operacionalização desta pesquisa, procedeu-se num primeiro momento à pesquisa bibliográfica, para fornecer embasamento teórico-científico e, posterior, desenvolvimento das demais etapas; seguindo-se a esta, fez-se a pesquisa de campo, que contou com registros fotográficos acerca do estado físico do Parque, bem como entrevistas (perguntas semi-estruturadas), cujo universo amostral constituiu-se dos seguintes sujeitos: o administrador, 2 (dois) funcionários e 15 (quinze) visitantes, escolhidos aleatoriamente, especificamente 5 (cinco) visitantes em três finais de semana, a fim de obter-se dados sobre a avaliação dos

sujeitos acerca da infraestrutura do Parque, Plano de Manejo, gestão participativa, monitoramento, atividades de educação ambiental e entretenimento.

Caracterização da área de estudo

O Parque da Cidade é uma Área de Proteção Permanente, cuja razão de existência, segundo o Art. 15 da Lei Nº 9.985/2000, que define o SNUC, é: “[...] proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (BRASIL, 2006a, p.16).

O citado Parque foi inaugurado em 9 de maio de 1982; possui uma área de 17 ha; está localizado à Av. Duque de Caxias, no bairro Primavera (Figura 01); constitui-se num local com infraestrutura para realização de eventos culturais (Figura 02), ecológicos, prática de esportes (Figura 03), turismo e de apoio às atividades de educação ambiental para escolas e grupos comunitários.



Figura 01: Localização do Parque da Cidade (Teresina, Piauí)

Fonte: Google - Adaptado, dados cartográficos, 2011.



Figura 02: Campo de futebol



Figura 03: Espaço para eventos (Teatro de Arena)

O Parque em estudo possui um viveiro para produção de mudas (Figura 04). O viveiro, que foi criado em agosto de 2010, tem como principal objetivo o reflorestamento. No viveiro trabalham dois funcionários e um estagiário, do curso de Agronomia, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A SEMAN (Secretária Municipal de Meio Ambiente) juntamente com SDR (Superintendência de Desenvolvimento Rural) fornecem técnicos, em especial, agrícolas, para auxiliar nas atividades de manejo das plantas.



Figura 04: Viveiro de Mudas Citronela

Há produção de variadas espécies frutíferas, como: a mangueira, goiabeira, cajueiro, etc.; existem, também, espécies nativas, a saber: o ipê-amarelo, ipê-roxo, oiti, além da planta que é o símbolo do Parque, a citronela (Figura 05). Importante citar que algumas espécies de frutas estão em processo de aclimação, como: o cupuaçu e o açai.



Figura 05: Critonela (símbolo do Parque)

As mudas produzidas no Parque são destinadas exclusivamente a doação, quando chega a determinado período de crescimento e altura. Grande parte das sementes são obtidas diretamente de árvores do próprio Parque, o mesmo ocorrendo com a adubagem, tendo como substrato a serrapilheira, além da areia e esterco que vem de fora da UC.

No que se refere à diversidade faunística podem-se encontrar invertebrados, vertebrados e várias espécies de peixes do rio Poti.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Concepção dos funcionários do Parque

Ao serem questionados sobre os eventos que são desenvolvidos no Parque da Cidade, os sujeitos afirmam que as principais atividades são: a visitação de estudantes, assim como a prática de esportes, sobretudo futebol. As respostas estão expostas no Quadro 01. Segundo o SNUC (BRASIL, 2006a), os Parques Ambientais devem aliar conservação e lazer para a comunidade, local ou estrangeira.

Funcionários	Respostas
A	Palestra para estudantes, passeios ecológicos, futebol.
B	Futebol, capoeira, ação global, passeio de escolas nas trilhas.
C	Ação global, visitas de escolas.

Quadro 01: Atividades e/ou eventos que são desenvolvidos no parque

Os funcionários foram indagados para averiguar se tinham conhecimento sobre a existência de um Plano de Manejo no Parque. Os resultados obtidos foram que 2 (dois) dos funcionários afirmaram existir Plano de Manejo, enquanto que 1 (um) afirmou desconhecer-lo. Atualmente, comenta-se sobre gerenciamento dos recursos ambientais, o qual deve primar pela criação de um Plano de Manejo, relacionando conservação e exploração, ao mesmo tempo em que deve descrever mecanismos para monitoramento e (re) avaliação constante do estado de conservação do local.

Questionou-se sobre a regularização da área do Parque. Em relação este tópico, os funcionários foram unânimes em confirmar que a área está regularizada junto aos órgãos competentes, o que é de grande importância, pois um dos entraves a aplicação de recursos financeiros às áreas de proteção diz respeito a sua não regularização.

Perguntou-se aos funcionários sobre os projetos que são desenvolvidos no Parque, com finalidade de integrar a sociedade à UC. Todos afirmaram que são desenvolvidos vários projetos, dentre eles: Parque Escola, Caravana Ambiental, palestras da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR). Essa busca por levar a sociedade à UC mostra-se consoante aos princípios constitucionais, que é função de uma área de preservação ambiental fornecer lazer aos visitantes (BRASIL, 2006b).

Quando perguntado aos funcionários sobre a Gestão Participativa, ou seja, se há participação de outras entidades ou mesmo da população local na administração do Parque. Os três entrevistados confirmaram a sua existência, levando em conta que existe contribuição de empresas privadas, universidades e escolas. Estes últimos, constantemente, fazem visitas técnicas ao Parque, tornando prático o conhecimento adquirido em sala de aula.

Dentre os questionamentos, foi indagado sobre quais instrumentos são utilizados para o monitoramento do Parque. As respostas dispostas no Quadro 02, permitem dizer que os principais instrumentos dizem respeito aos guardas ambientais e guias, à medida que as UCs devem dispor de instrumentos, humanos e tecnológicos, para monitoramento de sua área.

Funcionários	Respostas
A	Guias e guardas ambientais.
B	Básicos, um carro, guardas, os garis.
C	Carro e guias.

Quadro 02: Forma de monitoramento do Parque

Sobre a existência de estudos acerca da capacidade de suporte do Parque, 2 (dois) dos entrevistados afirmam não ter conhecimento de estudos sobre a capacidade de suporte, enquanto, apenas 1 (um) afirma conhecê-lo, as respostas estão expostas no Quadro 03. O que se pode perceber é um desencontro de

informações, o que as vezes pode ser determinante na degradação deste ambiente.

Funcionários	Respostas
A	Sim. Até 50.000 pessoas. Ex.: Ação Global.
B	Não.
C	Não.

Quadro 03: Capacidade de suporte do Parque

Ao se questionar os entrevistados se a quantidade disponível de recurso humano no Parque é suficiente para atender a demanda, obtiveram-se as seguintes respostas: 2 (dois) entrevistados disseram não ter número suficiente de funcionários para atender a demanda de visitantes, monitoramento e limpeza do parque; contra 1 (um) que afirmou ser suficiente, quando relacionado o tamanho da área de proteção e número de funcionários. Segundo Sousa e Aquino (2007), toda área de proteção ambiental deve ter seus equipamentos básicos, a começar por determinado número de funcionários que possam atender à demanda do Parque.

Os funcionários foram questionados acerca dos problemas enfrentados pelo Parque, todos afirmaram que ele passa por problemas financeiros e ambientais, devido à degradação feita pelos visitantes e mesmo pela população local. Orth e Debetir (2007), afirmam que as áreas de conservação ambiental no Brasil enfrentam inúmeras dificuldades, como: insuficiência de recursos, sucateamento de seus instrumentos humanos e tecnológicos.

Concepção dos visitantes

Primeiramente, questionou-se aos visitantes acerca do conceito que têm sobre o desenvolvimento sustentável. A resposta que mais se obteve foi que desenvolvimento sustentável é a forma racional de uso dos recursos do meio ambiente, como se pode observar na resposta do sujeito C. A definição do conceito de desenvolvimento sustentável é uma das grandes questões nos dias atuais, pois devido à variedade de conceitos, torna-se difícil colocá-lo em prática.

Sujeito C

Desenvolvimento utilizando racionalmente os recursos naturais, possibilitando que as gerações futuras usufruam os mesmos. (Fonte: Pesquisa direta. Outubro/Novembro 2009)

Definido o conceito de desenvolvimento sustentável, questionou-se aos visitantes se o conceito acima citado aplicava-se ao Parque da Cidade. Como é mostrado na Tabela 01, 53.3% dos visitantes afirmou que o conceito de desenvolvimento sustentável não se aplica ao Parque em estudo, o que se constata na fala do sujeito O, enquanto 46.7% afirmam haver desenvolvimento sustentável na área. É importante

perceber que não basta apenas saber o que é desenvolvimento sustentável, é primordial aplicá-lo.

Tabela 01: O conceito de desenvolvimento sustentável aplica-se ao Parque

Conceito	Valor Absoluto	%
Sim	7	46.7
Não	8	53.3
TOTAL	15	100.0

Sujeito O

Não. Devido ao grau de desvalorização dos visitantes, nem todos tem o mesmo respeito a estrutura e objetivo do parque. Em virtude disso muitas vezes acabam depredando e pichando. Falta também maior envolvimento da comunidade local. Ex: feiras, eventos que incentivem a cultura de preservação ambiental. (Fonte: Pesquisa direta. Outubro/Novembro 2009)

Acerca da situação física atual do Parque, isto é, o estado de conservação de seus recursos, os dados dispostos na Tabela 02 mostram a avaliação dos visitantes. Do total dos entrevistados, 60.0% afirmam que o Parque está em regular estado de conservação, ao passo que 26.5% diz que ele está em bom estado, contra apenas 13.5% que respondeu que está em ruim estado. Frisa-se ainda que nenhum visitante avaliou de forma excelente a atual estrutura do Parque.

Tabela 02: Avaliação das condições físicas do Parque

Conceito	Valor Absoluto	%
Ruim	2	13.5
Bom	4	26.5
Regular	9	60.0
TOTAL	15	100.0

Peguntou-se aos visitantes se o Parque apresenta uma infra-estrutura adequada para atendimento aos turistas. A Tabela 03 mostra que 60.0% dos entrevistados afirmou que a infraestrutura é adequada, por outro lado, 40.0% diz não está adequada a atender aos visitantes, como expressado pelo sujeito G, sobre o que precisa haver de melhoria. Logo, pode-se dizer que não existe conservação sem que haja toda uma rede de infraestrutura tecnológica e humana adequadas, bem como o engajamento da comunidade local e dos turistas.

Tabela 03: Adequação da infraestrutura aos visitantes

Conceito	Valor Absoluto	%
Sim	6	40.0
Não	9	60.0
TOTAL	15	100.0

Sujeito G

Não. Melhorar a área de lazer, por encontra-se más condições de utilização e oferece riscos às crianças. (Fonte: Pesquisa direta. Outubro/Novembro 2009)

Quando perguntado aos visitantes se as atividades desenvolvidas no Parque da Cidade, são bem estruturadas a fim de preservá-lo, 40.0% dos entrevistados afirmou que as atividades são bem estruturadas; em contrapartida 60.0% dos visitantes afirmou que as atividades são insustentáveis, como mostrado na Tabela 04 e na resposta do sujeito O. É importante afirmar que as atividades – esportivas, teatrais, palestras educativas, etc. – devem ser planejadas levando sempre em conta a estrutura física existente e seu potencial de absorvê-las.

Tabela 04: Atividades desenvolvidas no Parque e sua preservação

Conceito	Valor Absoluto	%
Sim	6	40.0
Não	9	60.0
TOTAL	15	100.0

Sujeito O

Não. Precisa de maior atenção da iniciativa privada e pública. São poucos os eventos realizados no parque. (Fonte: Pesquisa direta. Outubro/Novembro 2009)

Quando interrogados sobre qual a importância da conservação dos recursos naturais do Parque, os entrevistados dizem que a conservação é importante para que as gerações futuras possam conhecer o patrimônio natural antecedente a sua existência, assim como a percepção da necessidade dos recursos naturais para própria existência da humanidade, o que se pode observar na resposta do sujeito M. Tal discussão torna-se sumamente importante frente a atual crise ambiental, almejando-se assim uma mudança de paradigma.

Sujeito M

Para que futuramente se possa ter uma boa estrutura e esteticamente fique uma boa aparência. (Fonte: Pesquisa direta. Outubro/Novembro 2009)

CONCLUSÕES

A situação atual do Parque merece atenção, principalmente, no tocante à parte financeira, pois sem investimentos suficientes, as estratégias se tornam inoperantes, resultando em impactos negativos onde deveria haver conservação.

Coexistem no Parque inúmeros problemas, a saber: estrutura física, que necessita de reparos, como pintura; a violência, em relatos informais os guardas afirmam que existem horários pré-determinados para a visitação, devido a vários episódios de furtos dentro da área do Parque; há insuficiência de instrumentos para uma adequada conservação da área em estudo, faltam guias, iluminação. Deve haver um replanejamento do espaço artificial do Parque, pois, segundo os entrevistados, a infraestrutura está obsoleta e não recebe os devidos cuidados.

A falta de conhecimento e/ou definição de parcela da população quando se fala em desenvolvimento sustentável torna-se um problema. Pois como praticar tal desenvolvimento, se a população desconhece seu conceito? Dentro de sua concepção, os visitantes afirmaram em sua maioria que inexistente tal desenvolvimento no Parque.

Os desencontros de informação é outro problema, o que pode gerar impactos negativos ao meio ambiente. Ressalte-se aqui que a área do parque está regularizada. No Parque coexistem várias atividades humanas, desde palestras, visitas técnicas até prática de esportes. É necessário não se deixar levar pela grandiosidade do evento, mas observar se a área de conservação tem capacidade para suportá-lo. É preciso que haja constantes pesquisas a respeito da capacidade de suporte da área, pois o processo de visitação pode provocar danos. É importante haver, também, gestão participativa, pois o ambiente administrado de forma multidisciplinar promove um fortalecimento da comunidade, ao mesmo tempo que se faz importante a participação das populações locais e dos turistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Lei Nº 9.885, de 18 de julho de 2000; Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Introduz alterações pela Lei Nº 11.132, de 4 de julho de 2006 e pelo Decreto Nº 5.556, de 26 de outubro de 2005. 6ª edição. Brasília, 2006a. 56p.
- BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1998. Secretaria Especial de Editoração e Publicações Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília, 2006b.
- CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da**

- complexidade.** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de Conservação – Matéria-prima do Ecoturismo.** – São Paulo: Aleph, 2002. – (Série Turismo).
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** 3ª edição. – São Paulo: Hucitec, 2001.
- DOUROJEANNI, Marc. J.; PÁDUA, Maria Tereza Jorge. **Biodiversidade: a hora decisiva.** Tradução de texto Renato Gomes Bittencourt. – Curitiba: Ed. UFPR, 2007.
- GOOGLE – Dados cartográficos 2011.
- GUERRA, Antonio José Teixeira e COELHO, Maria Célia Nunes. (Orgs.). **Unidade de Conservação: abordagens e características.** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia;** em colaboração com Denise Elias. – 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SOUSA, Cícero Rodrigues de; AQUINO, Cláudia Maria Sabóia de. **Proteção ambiental e turismo no Parque Ambiental Encontro dos Rios, Teresina/PI.** Caderno Virtual de Turismo. Vol. 7, Nº 3 (2007). Pags. 66-74. ISSN: 1677-6976.